ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2024/2025

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR072247/2024
DATA E HORÁRIO DA TRANSMISSÃO: 12/12/2024 ÀS 15:17

MOGI MOB TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA., CNPJ n. 33.673.701/0001-40, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). JOAO BOSCO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO e por seu Diretor, Sr(a). VIVIANE RODRIGUES GOMES;

EMPRESA PRINCESA DO NORTE S.A., CNPJ n. 81.159.857/0121-67, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). EDIVAL DELAMUTA;

ALTO TIETE TRANSPORTES LTDA, CNPJ n. 28.124.704/0001-95, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). ROBERTO UMADA e por seu Diretor, Sr(a). ADOLFO FUJIURA;

TPG TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA., CNPJ n. 33.650.589/0001-22, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). ROBERTO UMADA e por seu Diretor, Sr(a). ADOLFO FUJIURA;

E

SINDICATO TRAB EMP TRANSP ROD M CRUZES S P F V I REGIAO, CNPJ n. 58.485.616/0001-80, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). FELIX SERRANO DE BARROS;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de novembro de 2024 a 31 de outubro de 2025 e a data-base da categoria em 01º de novembro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores em Empresas de Transportes Rodoviários e Anexos, Ônibus Urbano, Turismo e Fretamento, Cargas Líquidas, Super-Pesadas, Entregadores de Gás, Entregadores de Mercadorias, Diferenciadas, Cargas Secos e Molhados em Geral**, com abrangência territorial em **Biritiba Mirim/SP, Guararema/SP, Mogi das Cruzes/SP, Salesópolis/SP e Suzano/SP**.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS E REAJUSTE

As empresas concederão, a partir de 01/11/2024, a todos os empregados integrantes da categoria profissional representada, inclusive aqueles que exerçam outras funções não mencionadas acima.

O reajuste salarial de 5,5% (cinco virgula cinco por cento) sobre o piso salarial e não incidi nos benefícios

Motorista A _____ R\$ 2.875,72

Motorista B _____ R\$ 2.224,49

Cobrador A _____ R\$ 1.473,36

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A partir da vigência deste instrumento, fica ajustado o piso do Motorista Manobrista no valor de R\$ 2.224,49 (dois mil duzentos e vinte quatro reais e quarenta e nove centavos), sendo que, após 12 meses o salário será reajustado para o piso do Motorista A.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para os salários que excederem o teto de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme o caput da Cláusula Terceira, o reajuste ficará sujeito à livre negociação entre o empregado e o seu empregador.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em casos de aberturas de novos postos de trabalhos, e sempre que possível, as Empresas deverão dar preferência para os candidatos que já pertençam ao seu quadro funcional visando o crescimento profissional de seus trabalhadores.

PARÁGRAFO QUARTO: Os candidatos internos não estão desobrigados a atender as exigências técnicas, bem como ter o perfil profissional, da nova vaga de trabalho.

PARÁGRAFO QUINTO: Os trabalhadores contratados para as funções de Motorista "B" serão automaticamente promovidos, respectivamente, para as funções de Motorista "A", no prazo máximo de 12 (doze) meses de efetiva prestação de serviço, excluídos os períodos de afastamentos pela previdência social.

PARÁGRAFO SEXTO: As respectivas Empresas que assinam este Acordo, não contratarão novos empregados motoristas com o piso salarial "B", desde que estes comprovem já terem exercido a função de motorista "B" por 12 meses consecutivos, mediante apresentação da CTPS.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Face à compatibilidade existente, os motoristas poderão realizar a cobrança de tarifa dos passageiros, o que não configura dupla função e não gera direito a qualquer adicional.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUARTA - DO ADIANTAMENTO

As empresas concederão adiantamento salarial no percentual de até 40% (quarenta por cento) dos salários todos os meses. Os adiantamentos deverão ser feitos 15 (quinze) dias após a qualquer adicional.

CLÁUSULA QUINTA - INTERVALO PARA PAGAMENTO

Sempre que os salários forem pagos, através de bancos ou na própria Empresa, será assegurado ao trabalhador intervalo remunerado durante a sua jornada para permiti-lhe o recebimento, o qual não poderá corresponder ao intervalo de descanso e refeição

CLÁUSULA SEXTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

As Empresas fornecerão aos seus Empregados comprovantes de pagamentos que contenham a identificação da Empresa, bem como, a discriminação de todas as parcelas e dos descontos efetuados, especificando cada parcela (exemplo: salário, comissões, diárias, abonos, parcelas do FGTS, INSS, IRRF, adiantamentos quinzenais, valor das horas extras, entre outros).

Parágrafo Único: Os demonstrativos de pagamentos deverão ser retirados pelos próprios Empregados junto aos caixas eletrônicos do Banco do Brasil, Banco Bradesco ou Caixa Econômica Federal, conforme o caso.

DESCONTOS SALARIAIS

CLÁUSULA SÉTIMA - DESCONTO EM CASO DE DANO

Ficam proibidos os descontos em folha de pagamento dos empregados decorrentes de danos causados nos veículos por acidentes, exceção se comprovada a culpa ou dolo do empregado, ocasião em que as Empresas ficam obrigadas a fornecer aos empregados o valor dos descontos, a discriminação dos danos e a conclusão do acidente.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA OITAVA - HORAS EXTRAORDINÁRIAS

As horas extraordinárias serão remuneradas de acordo com os dispositivos legais.

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU RESULTADOS

CLÁUSULA NONA - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

Será pago a todos os Empregados a título de participação nos resultados o valor de R\$800,00 (oitocentos reais), a ser pago em 02 (duas) parcelas no valor de R\$400,00 (quatrocentos reais), nos meses de abril de 2025 e outubro de 2025.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Participação nos Resultados que trata este acordo não substitui e/ou complementa a remuneração devida a qualquer Empregado. É totalmente desvinculada do salário e, assim nenhum reflexo atingirá as verbas trabalhistas, bem como, não haverá a incidência de qualquer encargo previdenciário.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para apuração do direito dos Empregados ao recebimento da Participação nos Resultados, serão observadas as regras de proporcionalidade, tomando-se como período de apuração entre 01/11/2024 a 31/10/2025, considerando 1/12 para cada mês trabalhado, com fração igual ou superior a 15 dias no mês, inclusive nos casos em que o Empregado estiver afastado pelo INSS.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As entidades profissionais se comprometem a apoiar todas as iniciativas das Empresas que implantarem programas de participação em lucros ou resultados e mecanismos que objetivem o aumento de produtividade e qualidade dos serviços da Empresa. O apoio será na forma de recepção, legitimação, treinamento dos participantes, homologação dos programas entregues aos sindicatos profissionais, tudo com observância da legislação aplicável.

PARÁGRAFO QUARTO: Ao receber o valor acordado neste instrumento a título de Participação nos Resultados, nas datas e valores combinados, estarão os Empregados dando automaticamente a mais ampla, geral e irrestrita quitação quanto ao objeto pactuado.

PARÁGRAFO QUINTO: Tendo em vista que as empresas da categoria vêm sofrendo grande redução de movimento no transporte de pessoas, e com cenário econômico, a Empresa, deixará de conceder a parcela variável no valor de R\$105,00 (cento e cinco reais), estando acordado que voltará a ser discutida no acordo 2025/2026, conforme o modelo do acordo 2019/2020.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA - VALE REFEIÇÃO E CESTA BÁSICA

As Empresas concederão mensalmente aos Empregados, a partir de 01.11.2024, sem retroatividade, vale refeição até o 5º dia útil de cada mês, sendo que será descontado de cada empregado o valor de até R\$ 0,50 (cinquenta centavos), conforme condições abaixo:

- a) Exclusivamente aos empregados ocupantes do cargo de Motorista, Cobrador, manobrista, fiscal, inspetor, assistente de tráfego, será fornecido o valor mensal de R\$ 885,02 (oitocentos e oitenta e cinco reais e dois centavos).
- b) Exclusivamente para os colaboradores ocupantes do cargo de Motorista e desde que também exerçam a atividade de cobrança de tarifas, será fornecido o valor mensal de R\$ 1.331,27 (um mil trezentos e trinta e um reais e vinte sete centavos), o que não configurará dupla função e/ou acúmulo de função, devendo tal atividade ser realizada com o ônibus parado.
- c) Para os demais colaboradores, será fornecido o valor mensal de R\$736,29 (Setecentos e trinta e seis reais e vinte nove centavos).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O vale refeição previsto nesta cláusula será fornecido através de Cartão Magnético Alimentação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica estipulado que para os empregados afastados pela Previdência Social por motivo de auxílio doença ou acidente de trabalho a concessão do vale refeição será mantida pelo período de 2 meses (dois meses) contados do início da data do afastamento do INSS, Para as empregadas afastadas por auxílio maternidade o benefício previsto no caput desta cláusula será concedido normalmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Fica estipulado que para os empregados em gozo do período de Férias o benefício previsto no caput inclusive para os colaboradores que se enquadram na alínea (b) desta cláusula será concedido normalmente.

PARÁGRAFO QUARTO: As ausências injustificadas serão objeto de desconto do valor mensal descrito no "caput" desta cláusula, a razão de 1/30 por dia não trabalhado.

PARÁGRAFO QUINTO: As Empresas concederão a todos os seus Empregados uma cesta básica em produtos tipo 1 e especificadas as quantidades na tabela abaixo, será entregue até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.

PARÁGRAFO SEXTO: A cesta básica será composta pelos seguintes produtos:

Qtde.	Tipo	Item
2	Pacotes	Macarrão
1	Pacote	Farinha de Trigo

1	Pacote	Farinha de Mandioca
1	Lata	Sardinha
1	Pacote	Café tipo1 Pilão
2	Pacotes	Leite em Pó tipo 1
1	Pacote	Sal tipo 1
3	Pacotes	Açúcar tipo 1
1	Caixa	Creme de leite
2	Pacotes	Arroz tipo 1
1	Biscoito	Água e Sal tipo 1
1	Sache	Maionese tipo 1
1	Pacote	Achocolatado tipo 1
1	Pacote	Mistura para Bolo tipo 1
3	Pacotes	Feijão tipo 1
2	Litros	Óleo de Soja tipo 1
1	Lata	Milho Verde
1		Goiabada
1	Caixa	Extrato de Tomate
1	Caixa	Pó de Gelatina
1		Tempero
1	Biscoito	Recheado
1	Caixa	Para acondicionamento

PARÁGRAFO SÉTIMO: Os benefícios mencionados nesta cláusula, independente da forma como sejam concedidos, não possuem natureza salarial, não se incorporando à remuneração do empregado para quaisquer efeitos, tampouco constitui base de incidência para contribuição previdenciária, depósitos do FGTS e não sofrerá reflexos em qualquer outra verba.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PASSE LIVRE

As Empresas signatárias deste Acordo estabelecem o intercâmbio para a utilização de passe livre, em modelo específico e comum a todas as Empresas, os quais serão confeccionados pelas Administradoras do sistema eletrônico de bilhetagem da cidade da região de abrangência desse Acordo Coletivo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As Administradoras do sistema eletrônico de bilhetagem definirão a documentação necessária para a emissão do Cartão, cabendo a empresa, encaminhar o funcionário ao Sindicato por meio de seus representantes legais, para assinarem as fichas de apresentação do requerimento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caberá às Empresas e ao Sindicato comunicarem sobre os eventuais desligamentos, ocasião em que a Administradora do sistema cancelará o benefício em até 24 horas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O benefício mencionado no caput desta cláusula será concedido, observadas as seguintes condições:

a) Poderão beneficiar-se do passe livre, os associados, os funcionários e diretores do Sindicato profissional, os empregados da Empresa de Transporte Coletivo da Região, pertencentes ao sistema no Sindicato dos

Trabalhadores em Empresas de Transporte Rodoviários e Anexos de Mogi das Cruzes, desde que estejam ativos, no pleno exercício de suas funções;

b) O gerenciamento dos passes livres ficará a cargo do Sindicato Profissional, junto à Administradora do sistema eletrônico de bilhetagem.

PARÁGRAFO QUARTO: As Empresas se comprometem a transportar os empregados de Empresas de transportes rodoviários, mencionados no parágrafo anterior, desde que estejam devidamente credenciados, através do cartão eletrônico emitido pela Administradora do sistema eletrônico.

PARÁGRAFO QUINTO: O uso indevido do Passe Livre, bem como a declaração falsa de endereço, será caracterizado como falta grave.

PARÁGRAFO SEXTO: O Cartão Magnético de Passe Livre será de responsabilidade exclusiva do empregado, o qual deverá zelar pelos mesmos, sendo certo que sua perda, extravio e/ou danificação, deverá ser informada imediatamente à Empresa, e sua segunda via será de responsabilidade devidamente do empregado, nos termos e condições previstas no Termo de Responsabilidade por este assinado.

AUXÍLIO SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA

As Empresas garantirão assistência médica aos empregados e seus dependentes, podendo efetuar os seguintes descontos no salário, quanto ao custo fixo mensal do Plano de Saúde:

- a) dos empregados com faixa salarial igual ou superior ao piso do motorista (A), até 60% (sessenta por cento) do valor da mensalidade do convênio;
- b) dos empregados com faixa salarial inferior ao piso do motorista (A), até 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade do convênio.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Desde já fica autorizado que o valor relativo à parcela de responsabilidade do Empregado, bem como valores de coparticipação, seja descontado mensalmente em folha de pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para os empregados afastados pela Previdência Social, por auxílio doença ou aposentadoria, será mantido o Plano de Saúde com desconto até 90 (noventa) dias da data de seu afastamento, sendo que após este período o pagamento ser pago integralmente pelo conveniado.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Ocorrendo o não cumprimento por parte do Empregado do disposto no parágrafo terceiro desta cláusula, a Empresa fica autorizada, desde já, a cancelar o plano de saúde em favor do Empregado e/ou seus dependentes.

PARÁGRAFO QUARTO: A adesão ao plano de saúde aqui ajustada é facultada ao Empregado, que poderá manifestar sua exclusão, se assim o desejar, somente no mês de aniversário do contrato da Empresa junto à operadora, mediante carta de próprio punho.

PARÁGRAFO QUINTO: Ressalta-se que uma vez efetivada a exclusão ao Plano de Saúde, não poderá ocorrer reintegração ao mesmo.

PARÁGRAFO SEXTO: O Plano de Saúde, suspenso ou cancelado, atinge o titular e dependentes.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A Empresa garantirá assistência odontológica aos empregados e seus dependentes, de acordo com as alternativas de cobertura do plano, no valor de R\$ 73,87 (setenta e três reais e oitenta e sete centavos) por grupo familiar. O empregado participará com a quantia de R\$ 1,00 (um real) por grupo familiar.

PARÁGRAFO OITAVO: Os convênios contratados pelas empresas assinantes deste acordo deverão ter o acompanhamento e aval do sindicato para que o mesmo tenha seus efeitos na categoria, a título de exemplo: convênio médico, farmácia, odontológica, seguro de vida e etc.

AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AUXÍLIO FUNERAL

As Empresas acordantes deste Acordo, mediante a apresentação do atestado de óbito em até 7 (sete) dias após o falecimento do empregado, pagarão aos dependentes do empregado, um auxílio funeral de valor igual ao último salário percebido pelo falecido.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CONVÊNIO COM FARMÁCIA

As Empresas manterão convênio com farmácia, sendo que os gastos com medicamentos receitados aos empregados e/ou seus dependentes serão suportados pelo empregado e descontados em folha de pagamento, independente de autorização pessoal e específica.

PARÁGRAFO ÚNICO: As Empresas ficam obrigadas a fornecer para os seus empregados a relação de farmácias conveniadas.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AVISO PRÉVIO

Aos empregados com mais de cinco anos de serviço na mesma Empresa, o aviso prévio será de 60 (sessenta) dias, aplicando-se aos que possuem menos de cinco anos e mais de dez anos, o que estabelece a Lei nº 12.506/2011.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

O contrato de experiência será estipulado pelas Empresas de acordo com a lei, ficando assegurado aos motoristas e cobradores de ônibus, que já tenham trabalhado na mesma função pelo menos 01 (um) ano, o prazo máximo de 30 (trinta) dias, ou renovando-se em 45 (quarenta e cinco) até o máximo de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOCUMENTOS ADMISSIONAIS

As Empresas na época da contratação solicitarão aos empregados os documentos previstos em lei, respeitadas as peculiaridades de cada função, fornecendo a ele cópias dos documentos admissionais.

Parágrafo Único: As Empresas, quando da rescisão do contrato de trabalho fornecerão cópias de todos os documentos demissionais aos empregados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CARTA DE REFERÊNCIA

Na ocorrência de rescisão contratual sem justa causa ou por pedido de demissão, obrigam-se as Empresas, a fornecer declaração, quando da baixa na CTPS, sobre o cargo e o período de exercício funcional efetivamente cumprido pelo empregado, sem especificação dos motivos que ensejaram a rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ESCALA DE SERVIÇOS

Fica estipulado que as Empresas deverão regulamentar e pré-fixar as escalas de serviços, nos fins de semana, de tal modo que, nesses dias não ocorram oscilações, nos horários das "pegadas", superior a 1 (uma) hora em relação ao horário de trabalho do empregado no curso da semana, ressalvado os motivos de força maior e caso fortuito.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES ESTABILIDADE SERVIÇO MILITAR

CLÁUSULA VIGÉSIMA - ESTABILIDADE AO EMPREGADO EM IDADE DE PRESTAÇÃO MILITAR

As Empresas concederão garantia de emprego ao trabalhador em idade de serviço militar, desde o alistamento e até 30 (trinta) dias após a baixa ou dispensa da incorporação.

ESTABILIDADE APOSENTADORIA

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - GARANTIA AO TRABALHADOR EM VIAS DE APOSENTADORIA

As Empresas assegurarão aos empregados o emprego ou o salário, no período em que faltar para que seja possível o requerimento do benefício da aposentadoria integral ou parcial, desde que os empregados estejam comprovadamente há 2 (dois) anos de adquirirem o direito à aposentadoria e quem tenham no mínimo 5 (cinco) anos de serviços na mesma Empresa.

PARÁGRAFO ÚNICO: Caberá ao empregado que preencher as condições da garantia supra, comunicar por escrito no prazo de 60 (sessenta) dias que antecede ao prazo de 2 (dois) anos para aquisição do direito à aposentadoria (integral ou parcial), tal condição à Empresa, sob pena de perda da garantia de estabilidade provisória.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ÔNIBUS ESPECIAL

As Empresas deverão manter o sistema de ônibus especiais para os trabalhadores que tem início ou término da jornada em horário compreendido entre as 22h00min e 06h00min horas, de forma que facilite o acesso e mais se aproxime de suas residências.

OUTRAS NORMAS DE PESSOAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CURSO DE APERFEIÇOAMENTO

As Empresas comprometem-se a ministrar cursos de aperfeiçoamento, especialização e requalificação aos seus empregados, remunerando os dias de participação nos referidos cursos.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os empregados indicados e devidamente notificados por escrito e com cópia em seu poder das solicitações feitas pelas Empresas para participação nos cursos, obrigatoriamente deverão fazê-lo, sob a pena de ensejar rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - PUNIÇÕES CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

As Empresas se obrigam a entregar ao trabalhador a notificação da multa, imediatamente após o seu recebimento sob pena de responder pelo pagamento desta.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Ficam proibidos os descontos do salário do empregado referentes à multa de trânsito, sem antes, oferecer as condições para o recurso pertinente e ter esse o resultado transitado e julgado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A entrega da notificação da multa de trânsito deverá ser provada através de recibo datado e assinado pelo trabalhador, em 02 (duas) vias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - PREENCHIMENTO DE FORMULÁRIOS

As Empresas deverão preencher no prazo de 05 (cinco) dias, a documentação exigida pelo INSS (atestado de afastamento, de salários, declaração de eventuais atividades penosa, perigosa e insalubre, entre outros), desde que solicitadas, por escrito, pelo empregado. A inobservância injustificada do prazo acima indicado

poderá acarretar multa de 01 (um) salário/piso cobrador, além de juros de 1%, sobre o salário por dia de atraso na entrega.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - EMPREGADO SUBSTITUTO

Todo empregado que for solicitado para substituir outro, no caso de contratação de novos empregados, fará jus ao salário do substituído.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - PAGAMENTO DE DESPESAS PARA A OBTENÇÃO DE BOLETINS DE OCORRÊNCIA

As Empresas reembolsarão os empregados das eventuais despesas decorrentes da retirada de boletins de ocorrência junto à autoridade policial, relacionados a assaltos e acidente de trânsito nos quais os empregados estejam envolvidos e desde que ocorridos durante a jornada de trabalho, mediante a apresentação da comprovação das referidas despesas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - TRABALHADOR ESTUDANTE

O empregado estudante terá abonada a falta para prestação de exames escolares, desde que avise sua chefia, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência e desde que comprovado posteriormente a realização do exame durante o horário de trabalho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - MUDANÇA DE RESIDÊNCIA

O Empregado que por qualquer motivo mudar de residência e/ou domicílio, fica obrigado a comunicar por escrito imediatamente o Departamento Pessoal da Empresa e seu gestor sobre o seu atual endereço, de forma a facilitar o contato em caso de necessidade.

PARÁGRAFO ÚNICO: Será reconhecido como válida e entregue ao Empregado toda e qualquer correspondência a ele enviada ao endereço constante de seu registro funcional.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - JORNADA E TRABALHO

A jornada normal de trabalho será de:

- a) jornada mensal de 220 (duzentos e vinte) horas;
- b) jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas;
- c) jornada diária de 7h20min (sete horas e vinte minutos), na escala 6X1, com mais 1 (uma) hora destinada ao repouso e/ou refeição, conforme a lei do motorista 13.103 de 2015.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Será considerada jornada de trabalho o período a partir do início da marcação do registro de ponto até a marcação de término pelo empregado, excluídos os intervalos para refeição, repouso e/ou descanso.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em conformidade com os termos da Lei 13.103/15 e, ante a natureza do serviço e em virtude das condições especiais de trabalho a que são submetidos estritamente os motoristas, cobradores, fiscalização de campo e afins nos serviços de operação de veículos rodoviários, empregados no setor de transporte coletivo de passageiros, fica autorizada a redução e/ou fracionamento do intervalo previsto no caput do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, bem como fracionamento do intervalo previsto no parágrafo primeiro do mesmo artigo.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Dentro do período de 24 (vinte e quatro) horas, são asseguradas 11 (onze) horas de descanso, sendo facultados o seu fracionamento e a coincidência com os períodos de parada obrigatória na condução do veículo estabelecida pela Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, garantidos o mínimo de 8 (oito) horas ininterruptas no primeiro período e o gozo do remanescente dentro das 16 (dezesesseis) horas seguintes ao fim do primeiro período.

PARÁGRAFO QUARTO: Em conformidade com os termos da Lei 13.103/15 e, ante a natureza dos serviços prestados, os empregados motoristas e os cobradores nas operações em que este acompanhe o motorista, poderão realizar serviços suplementares, podendo a duração da jornada diária de trabalho ser acrescida de até 4 (quatro) horas extras.

PARÁGRAFO QUINTO: Para os fins da Portaria 3.118/89, a Empresa fica autorizada a desenvolver suas atividades de forma contínua e ininterrupta, inclusive aos domingos e feriados, bem como de acordo com a Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego n. 945/2015.

DESCANSO SEMANAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DESCANSO SEMANAL

Os empregados terão descanso semanal de acordo com escala de revezamento organizada pela Empresa, ficando, porém assegurado ao empregado, naquela escala de descanso do mês, uma folga no sábado e uma em um domingo.

Parágrafo único: A escala de folga deverá ser respeitada de acordo com a jornada de trabalho estipulada em lei.

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - CONTROLE DE HORÁRIO

As Empresas ficam obrigadas a manter controle de horário individual de todos os seus empregados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ANOTAÇÃO CONTROLE DE JORNADA/ PUNIÇÃO

O Empregado é o responsável pela marcação dos horários de jornada e demais marcações determinadas pela Empresa, devendo proceder a marcação de registro de ponto de forma correta.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O Empregado que não proceder a marcação de registro de ponto de forma correta, estará sujeito à aplicação das medidas disciplinares legais cabíveis.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os empregados externos, que iniciam e terminam sua jornada na base da Empresa, deverão registrar biometricamente o início e o término de sua jornada diária, sendo certo que a falta de um desses registros acarretará em desconto das horas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Fica desde já autorizada a pré-assinalação dos horários de intervalo para repouso e alimentação dos empregados ocupantes dos cargos de motorista, cobrador, fiscal, e profissionais que exercem atividades externas, de acordo com o artigo 74, § 2º, da CLT, cuja observância é obrigatória aos empregados.

PARÁGRAFO QUARTO: Os empregados que realizam atividades internas não estão isentos de marcação do início e término do intervalo destinado para refeição e/ou descanso.

PARÁGRAFO QUINTO: Os empregados cujos cargos sejam considerados de confiança, quais sejam, supervisores, coordenadores e gerentes, estarão isentos de marcação, em conformidade com o artigo 62, inciso II, da CLT.

FALTAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - FALTAS E HORAS ABONADAS

Além de outras disponibilidades já asseguradas na lei, o empregado poderá deixar de comparecer no serviço sem prejuízo do salário e demais vantagens:

- a) Até 02 (dois) dias consecutivos, em casos de falecimento do cônjuge, companheiro (a), ascendente, descendente e/ou irmão (a);
- b) Para revalidar a carteira nacional de habilitação, ficando garantidos os dias que forem necessários para a referida regularização, desde que devidamente comprovados.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - FOLGAS PARA PESSOAL MANUTENÇÃO

As Empresas deverão obrigatoriamente, conceder uma folga semanal para o setor de manutenção, que deverão recair nos sábados ou domingos.

FÉRIAS E LICENÇAS

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - FALTA DE FÉRIA

Qualquer punição aos empregados por falta de fêria poderá ser anulada se a Empresa não comprovar que tenha havido culpa ou dolo do empregado, sendo que nessa hipótese as Empresas deverão comunicar o Sindicato.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - AVISO AO EMPREGADOR – AFASTAMENTO

O Empregado afastado por acidente e/ou qualquer outro motivo, fica obrigado a comunicar a Empresa sobre o andamento de seu tratamento e eventual retorno, de forma a possibilitar que a Empresa programe suas atividades, bem como mantenha atualizado o seu sistema de controle de quadro de pessoal.

PARÁGRAFO ÚNICO: Fica desde já estabelecido que o empregado que tiver alta previdenciária, mas optar por recorrer administrativamente e não retornar ao emprego, não poderá requerer que a Empresa seja responsabilizada pelo pagamento dos salários e demais verbas do período em que ficou sem receber o benefício previdenciário.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - FÉRIAS

O pagamento das férias dos empregados deverá ser realizado com no mínimo 1 (um) dia de antecedência do início da mesma.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O não pagamento das férias no prazo estipulado no caput desta cláusula acarretará em multa de 20% (vinte por cento), sobre piso do cobrador por dia de atraso, em favor do Empregado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Observado o disposto no artigo 135 da CLT, as férias só poderão ter início em dias úteis e desde que não antecedam domingos e/ou feriados, nem dia compensados

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - TELEFONE COMUNITÁRIO

As Empresas deverão manter telefone comunitário em suas unidades, com fácil acesso para o empregado.

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

As Empresas fornecerão gratuitamente a todos os seus empregados os equipamentos previstos das normas regulamentadoras, para segurança individual dos empregados, nas respectivas funções, se necessário, devendo prioritariamente procurar eliminar os fatores de risco e agressão a saúde do trabalhador.

UNIFORME

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - UNIFORME

As Empresas fornecerão aos seus empregados gratuitamente, 02 (duas) vezes por ano, uniforme, ficando certo que os empregados de manutenção receberão macacões, devendo todos ser entregues na mesma oportunidade.

CIPA – COMPOSIÇÃO, ELEIÇÃO, ATRIBUIÇÕES, GARANTIAS AOS CIPEIROS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - CIPA

As Empresas comunicarão o sindicato por escrito, sobre a data da realização das eleições para a CIPA, com 30 (trinta) dias de antecedência, ficando acordado que, caso não seja observada essa formalidade, a eleição poderá ser invalida.

EXAMES MÉDICOS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - EXAMES MÉDICOS

Considerando o interesse das partes em zelar primordialmente pela saúde e bem-estar do empregado e considerando a importância da medicina preventiva, fica ajustado que o empregado deverá submeter-se aos exames médicos ocupacionais, quando da admissão, anualmente ou semestralmente dependendo do grau de risco enquadrado e demissional, quando necessário dentro da sua jornada de trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os custos dos exames serão de inteira responsabilidade da Empresa.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - EXAMES COMPLEMENTARES

Fica estabelecido neste Acordo Coletivo de Trabalho, que os Exames Médicos Complementares, realizados de acordo com os termos específicos da NR-7 e seus anexos, terão periodicidade de 1 ano, conforme item 7.4.2.1.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - EXAME DEMISSIONAL

Considerando o grau de risco em que se enquadra a operação em referência, fica ajustada a ampliação do prazo de dispensa da realização do Exame Demissional em até 180 dias da realização do último exame médico ocupacional, nos termos da NR-7 item 7.4.3.5.2.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

A Empresa aceitará os atestados médicos emitidos pelo INSS/SUS, bem como aqueles emitidos pela prestadora de serviço médico hospitalar credenciados pela Empresa, devendo o atestado apresentar o Código Internacional de Doenças (CID).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os atestados que não apresentarem o Código Internacional de Doenças (CID) não serão aceitos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os Empregados que apresentarem atestados médicos deverão, obrigatoriamente, passar por avaliação do médico do trabalho da Empresa e/ou profissional que esta indicar.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os Empregados estão obrigados a apresentar os atestados junto ao departamento médico ou departamento pessoal da Empresa, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas da sua expedição, sob pena de não pagamento dos dias de afastamento. Nos casos em que o empregado estiver impossibilitado de se locomover, poderá enviar portador ou representante desde que autorizado pelo empregado.

RELAÇÕES SINDICAIS SINDICALIZAÇÃO (CAMPANHAS E CONTRATAÇÃO DE SINDICALIZADOS)

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - SINDICALIZAÇÃO

A sindicalização dos trabalhadores da categoria será definida em Assembleia Geral, respeitando a Constituição Federal do Brasil e o Estatuto Social da entidade.

Parágrafo Único: É de responsabilidade exclusiva das Empresas acatarem as determinações da Assembleia Geral da categoria referente esta cláusula do Acordo Coletivo.

ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - LIVRE ACESSO

As Empresas permitirão o livre acesso dos diretores do sindicato, devidamente credenciados em todas as suas instalações, para que possam exercer as suas atividades de representação, mediante prévia comunicação.

LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - DIRIGENTE SINDICAL E CONVOCAÇÃO DO TRAB. CURSOS E ENCONTROS SINDICAIS

As Empresas liberarão da prestação de serviços, nos termos do artigo 543 e parágrafo segundo da Consolidação das Leis do Trabalho e mediante solicitação deste, os diretores do Sindicato Profissional, efetivos ou suplentes, para que os mesmos desenvolvam suas atividades no exercício da representação da categoria, sem constrangimentos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Confirma-se plenamente a estabilidade aos Dirigentes Sindicais, na forma da lei, garantindo seu salário e outras vantagens mensais, como se na ativa estivessem, extensivo ao dirigente sindical que durante sua gestão venha aposentar-se pela previdência privada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Cada Empresa dispensará sem prejuízo de salários, 02 (dois) empregados por ano, sindicalizados ou não, durante o período máximo de três dias corridos ou não para participarem de cursos, encontros sindicais e congressos. Para tanto a empresa deverá ser notificada com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - MENSALIDADES SINDICAIS

As Empresas descontarão em folha de pagamento dos empregados associados as mensalidades sindicais, procedendo aos recolhimentos para o sindicato profissional até 05 (cinco) dias após a data do respectivo desconto, acompanhado de relação nominal contendo nome, matrícula funcional, número de inscrição no sindicato e valor das mensalidades.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os aumentos das mensalidades serão comunicados por escrito pelo sindicato profissional.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O atraso no recolhimento das mensalidades acarreta na aplicação de multa na ordem de 10% (dez por cento) mensal, independente das penalidades previstas em lei, bem como a atualização monetária.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As multas de atraso por recolhimento de mensalidade de associados não podem, em nenhuma hipótese, recair sobre o salário do empregado.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

Os integrantes da categoria profissional e econômica, beneficiados deste instrumento coletivo, na forma do artigo 513, "e", da CLT, deverão participar com uma contribuição pecuniária ao Sindicato, no valor de 6% sobre o salário do empregado, a ser pago em duas parcelas de 3% (três por cento) cada, nos meses de julho/2025 e novembro/2025, com o objetivo de custear os gastos das atividades e dos procedimentos da negociação coletiva, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, especificamente convocada para esta finalidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As Empresas não responderão por quaisquer pendências que possam surgir dos descontos acima estipulados perante órgãos da administração pública direta e/ou indireta e inclusive perante os próprios Empregados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica assegurado aos empregados o direito de oposição ao desconto da contribuição assistencial em até dez dias da data da assembleia geral extraordinária.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO RETRIBUTIVA

As Empresas repassarão ao Sindicato dos Empregados, a importância de 2,0% (dois virgula zero por cento) do salário base dos empregados, integrantes da categoria profissional, a Contribuição Retributiva, sobre o salário já reajustado. O referido repasse deverá ser feito, mensalmente.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - EXTRATO DE FGTS

As Empresas entregarão os comprovantes do extrato do FGTS, de acordo com o seu fornecimento pela Caixa Econômica Federal.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - QUADRO DE AVISO E CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO DE JORNAIS

As Empresas colocarão a disposição do sindicato profissional quadro de avisos e caixa padronizada para distribuição de jornais no local de trabalho para divulgação de comunicados oficiais do interesse da categoria profissional.

DISPOSIÇÕES GERAIS REGRAS PARA A NEGOCIAÇÃO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

- a) A legitimidade do Sindicato, na forma dos artigos 7º, inciso XXVI, e 8º, inciso III, ambos da Constituição Federal;

- b) Os princípios da autonomia privada coletiva e da adequação setorial negociada, que regem o Direito Coletivo do Trabalho, na forma do artigo 8º da Constituição Federal;

- c) O princípio da flexibilização das leis trabalhistas;

- d) A Teoria do Conglobamento, que prevê que as vantagens e ônus de cada instrumento normativo não podem ser apreciadas isoladamente, por serem fruto de composição global de conflito coletivo, para a qual a concessão de uma vantagem decorre de o setor profissional ter aberto mão de outra;

- e) O princípio da boa-fé, do equilíbrio das relações trabalhistas e do caráter sinalagmático das obrigações decorrentes do contrato de trabalho;

- f) A necessidade de regular o caráter das parcelas instituídas por este acordo coletivo, não previstas em lei;

MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - AÇÃO DE CUMPRIMENTO

O Sindicato poderá ajuizar ação de cumprimento em favor da categoria profissional na hipótese de violação de qualquer cláusula do presente acordo coletivo de trabalho, independente da outorga de procuração por parte dos empregados.

APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - JUÍZO COMPETENTE

Será competente a Justiça do Trabalho para dirimir quaisquer divergências que surgirem na aplicação do presente acordo coletivo.

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - MULTA

Fica estipulada multa de 01 (um) salário piso/cobrador B vigente na ocasião, por infração e por empregado, em caso de descumprimento por parte das Empresas de quaisquer das cláusulas contidas neste acordo, revertendo os valores em favor da parte que não der causa.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - COOPERATIVAS E MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA

Fica vedada a contratação de mão de obra, através de cooperativas de trabalho ou diretamente por terceirização, nas atividades fins das Empresas, conforme jurisprudência cristalizada no Enunciado 331, do Tribunal Superior do Trabalho.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - CASOS OMISSOS E DIVERGENCIAIS

Ocorrendo situações não regulamentadas neste Acordo ou eventuais divergências quanto à aplicação de qualquer das suas disposições, as partes deverão primeiramente buscar a conciliação através de negociação entre si e, somente depois disso, caso perdure a dúvida e/ou a divergência, é que se legitimará sua apresentação ao Poder Judiciário competente para solucioná-la.

}

**JOAO BOSCO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO
DIRETOR
MOGI MOB TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA.**

**VIVIANE RODRIGUES GOMES
DIRETOR
MOGI MOB TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA.**

**FELIX SERRANO DE BARROS
PRESIDENTE
SINDICATO TRAB EMP TRANSP ROD M CRUZES S P F V I REGIAO**

**EDIVAL DELAMUTA
DIRETOR
EMPRESA PRINCESA DO NORTE S.A.**

**ROBERTO UMADA
DIRETOR
ALTO TIETE TRANSPORTES LTDA**

**ADOLFO FUJIURA
DIRETOR
ALTO TIETE TRANSPORTES LTDA**

**ROBERTO UMADA
DIRETOR
TPG TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA.**

**ADOLFO FUJIURA
DIRETOR
TPG TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA.**

**ANEXOS
ANEXO I - ATA**

[Anexo \(PDF\)](#)